

Valor Econômico, 1 de setembro de 2021

## **Para especialistas, ações deveriam ter sido adotadas antes**

*Medidas para reduzir demanda dos consumidores menores são importantes, mas efeitos são incertos e podem demorar*

Por: Gabriela Ruddy

As medidas anunciadas ontem pelo governo para os consumidores de energia elétrica são importantes para ajudar na gestão da demanda em meio à crise no setor, mas deveriam ter sido adotadas há mais tempo, segundo analistas.

O Ministério de Minas e Energia (MME) e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) anunciaram a criação da bandeira tarifária da “escassez hídrica”, que vai custar R\$ 14,20 adicionais a cada 100 quilowatts por hora (kWh) consumidos. Também haverá um desconto de R\$ 50 para os consumidores que economizarem 100 kWh de energia. A expectativa é que o programa reduza demanda em 914 megawatts médios (MWm), o que representa 1,41% do Sistema Interligado Nacional (SIN). Segundo especialistas, as medidas são importantes, mas seus efeitos práticos podem demorar.

“Como estamos entrando numa situação de operação do sistema bastante apertada, essas medidas podem fazer diferença, agora cada megawatt vale muito. Mas é necessário um período de aprendizagem por parte do consumidor, que vai precisar de um tempo para entender, absorver e agir”, diz o presidente da consultoria PSR e ex-presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Luiz Barroso.

O coordenador do Gesel, grupo de estudos do Instituto de Economia da UFRJ sobre o setor elétrico, Nivalde Castro, acredita que o programa foi bem estruturado, mas que seus efeitos são incertos.

“O governo agora tem que trabalhar com todas as possibilidades, mas, para quem tem um consumo alto de energia, a redução de R\$ 50 na conta é pouco, e aqueles que são mais pobres não têm muito o que economizar. Isso já deveria ter sido feito há pelo menos três meses, mas demorou a ser anunciado, tanto pela complexidade do setor quanto pelo receio das implicações políticas”, afirma.

Analistas concordam que as medidas que ajudam na redução do consumo e gestão da oferta já haviam sido tomadas, como o programa para deslocar o consumo da indústria para fora do horário de pico. Ainda assim, consideraram importantes as ações para os consumidores menores.

Para Barroso, as medidas anunciadas ontem são as últimas que o governo poderia tomar no momento para evitar o racionamento. Segundo ele, o mês de setembro vai ser fundamental para a decisão por um eventual racionamento compulsório que, caso seja implementado, precisaria reduzir a demanda do Sul e do Sudeste em torno de 5%, o que representa apenas 3% do consumo nacional.

Apesar de considerar o volume baixo, Barroso acredita que o governo já deveria estar trabalhando em planos para o racionamento compulsório e possíveis blecautes. “O mais importante agora é trabalhar para que as medidas anunciadas funcionem e se preparar para operar no limite, mas não se institui um racionamento do dia para a noite. O Brasil precisa ter um plano na gaveta para um racionamento e para a gestão de um apagão”, diz.

Castro lembra que as medidas tomadas na crise têm um custo, que vai levar a novos aumentos nas tarifas. Segundo o MME, o bônus para a redução da demanda vai custar cerca de R\$ 339 milhões por mês, bancados por encargos. “O cenário indica um aumento da tarifa acima da inflação em 2022”, aponta o coordenador do Gesel.

Link para a matéria original:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/09/01/para-especialistas-acoes-dever-iam-ter-sido-adotadas-antes.ghtml>